



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018075-58.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Prestação de Contas - Exigidas - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Luciana Gonçalves**
 Requerido: **Jose Flavio Gonçalves**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em /6/14, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível. Eu, João Cosme Berto (Chefe de Seção Judiciário), subscrevi.

Numero de Ordem: 1875/11 apenso ao 1666/08

Vistos, etc.

LUCIANA GONÇALVES (*herdeira descendente*) pretende que seu irmão **JOSÉ FLAVIO GONÇALVES**, inventariante dos bens deixados pelo falecimento de **FLAVIO GONÇALVES**, preste contas de forma contábil: “*acerca do ativo, movimentação bancária, administração do bem imóvel, bem como do automóvel, além de todos os saldos remanescentes em bancos*” (*textual – fls. 3, último §*).

Os documentos de fls. 7/18, acompanharam a inicial.

Contestando o pedido, aduziu o requerido/inventariante: **a)** que por conveniência dos demais herdeiros aceitou o encargo de inventariante; **b)** que há anos vem arcando sozinho com o pagamento do IPTU do imóvel, bem como com a sua preservação e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

manutenção; c) que seu genitor tinha um imóvel, um veículo antigo (ano 1980) e alguns valores junto as instituições financeiras.

Réplica foi apresentada (fls. 52/56); na ocasião a autora declarou que em novembro de 2008 existia um saldo em favor dos herdeiros de aproximadamente R\$ 20.023,64, sendo que para si caberia o equivalente a R\$ 5.005,91, mais juros e correção monetária.

Foi tentada a composição em audiência (fls. 65/66).

A fls. 71 e 79 seguem as pesquisas do BacenJud.

O Banco Itaú Unibanco S/A prestou os informes que seguem a fls. 85, complementado pelos de fls. 94/97 e 111.

O Banco Santander (fls. 113), Banco Triângulo (fls. 117) e Banco Bradesco (fls. 121), informaram ao Juízo que o falecido não tinha nenhum relacionamento (conta, aplicações, ações, etc) com eles.

Nova tentativa de conciliação foi infrutífera (fls. 128).

Memoriais foram apresentados (fls. 132/134 e 136/139).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É O RELATÓRIO.

DECIDO, entendendo superada a primeira fase do procedimento, já que o requerido não negou o dever de dar contas.

Trata-se de ação de prestação de contas, entre herdeira e inventariante do Espólio de **FLAVIO GONÇALVES**.

Comparecendo pessoalmente a audiência de fls. 65 a própria autora revelou que seu interesse se restringe a obtenção dos saldos bancários deixados pelo “de cujus” (fls. 65/66), retificando o lançado no portal.

Por determinação do Juízo as casas bancárias relacionadas pela autora prestaram nos autos os informes de fls. 94/97, 107, 111/113, 117 e 121.

Neles foi revelada a existência de importâncias de pequena expressão (R\$ 150,00 + R\$ 129,97) no **Banco Itaú** e nada mais.

Certamente tais numerários foram consumidos com as despesas elencadas na defesa.

O destino dado a bens móveis e imóveis poder ser obtido de uma simples leitura dos autos do Arrolamento, com partilha homologada, cabendo ressaltar que todos os herdeiros, inclusive a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

autora, estavam representados pelo mesmo patrono.

As importâncias discriminadas a fls. 7, item 4, “2 e 3” foram liberados ao inventariante sem qualquer referência à partilha (*cf. fls. 8*) ou mesmo sem qualquer condicionamento.

Por fim, não há qualquer elemento indicativo de que o bem imóvel tenha rendido frutos enquanto permaneceu na posse do réu.

Isso posto e pelo que mais dos autos consta **Julgo Boas** as contas prestadas, nos limites da LIDE.

Sucumbente a autora, arcará com as custas do processo e honorários do patrono do postulado, os quais fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), por equidade.

Oportunamente, dê-se vista ao vencedor para execução do julgado. Nada sendo requerido providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos.

P.R.Int.

São Carlos, 17 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**